



Operação Marquês Conselho Alargado de Crédito do banco público não levantou objeções a investimento que veio a revelar-se ruinoso

CGD aprovou 224 milhões para Vale do Lobo em 4 minutos



Nuno Miguel Maia
 nunomm@jn.pt

► Foi a 25 de outubro de 2006 que foi aprovado um empréstimo e um investimento no empreendimento turístico de Vale do Lobo que veio a revelar-se ruinoso para a Caixa Geral de Depósitos (CGD). Numa reunião do Conselho Alargado de Crédito que durou uma hora e 25 minutos e na qual foram apreciadas 24 propostas, numa média inferior a quatro minutos para cada, Armando Vara conseguiu uma aprovação "sem obje-

ções" para o banco público abrir mão de 224 milhões de euros.

O caso integra a acusação da Operação Marquês e sustenta um dos crimes de corrupção imputados a José Sócrates. O ex-primeiro-ministro e o ex-ministro e ex-administrador da Caixa e do BCP terão recebido um milhão de euros cada um, em contrapartida pelo apoio ao investimento que veio a revelar-se ruinoso.

A partir de 2009, verificaram-se incumprimentos de vários empréstimos, que hoje atingem um montante superior a 300 milhões



Ministério Público defende que Vara e Sócrates apoiaram investimento ruinoso

de euros. Segundo a acusação do Ministério Público, o procedimento interno de financiamento da Caixa ao empreendimento de Vale do Lobo foi conduzido por Vara e foi merecendo sérias reservas dos responsáveis dos vários departamentos do banco encarregados de analisar a proposta. A participação do banco público acabou por centrar-se em duas componentes: participação como acionista, com 25% e uma entrada de 30 milhões, e empréstimo de 194 milhões. As reservas incidiam na expectativa demasiado otimista em torno do negó-

cios, na insuficiência de garantias a nível de avals pessoais.

Plenos poderes para Vara
 Carlos Santos Ferreira, Maldonado Gonelha, Celeste Cardona, Francisco Bandeira e o administrador do pelouro Armando Vara estiveram presentes na reunião do Conselho Alargado de Crédito que aprovou a libertação dos 224 milhões. Na mesma reunião, foram dados plenos poderes a Vara para aumentar o empréstimo de 194 milhões para 200 milhões e ainda aprovada a redução do spread (margem de lucro adicional à taxa de juro) para 0,25%. As garantias consistiam num pe-

Sócrates e Vara estão acusados de terem recebido luvas de dois milhões de euros

nhor sobre as ações da sociedade proprietária dos lotes e só posteriormente, no prazo de 12 meses, é que iriam ser constituídas hipotecas sobre os terrenos e casas de Vale do Lobo.

Para sustentar parte da acusação, além de documentos internos da CGD e das sociedades de Vale do Lobo, foram utilizadas conversas interceptadas em 2009 no processo Face Oculta, entre Armando Vara e Diogo Gaspar Ferreira, numa altura em que o ex-ministro socialista já era administrador do Millennium-BCP. ●

pormenores :



30 milhões para 25%

● Com seis milhões, os investidores privados conseguiram controlar 75% do empreendimento de Vale do Lobo, ao passo que a Caixa entrou com 30 milhões para ficar com 25%. Investidores foram os arguidos Diogo Gaspar Ferreira, Helder Bataglia (foto) e Pedro Ferreira Neto, também ligados ao Grupo Espírito Santo.

Outros bancos recusaram

● Antes de o negócio ser proposto à CGD, através do então administrador Armando Vara, os gestores de Vale do Lobo tentaram outros bancos. Levaram respostas negativas. Primeiro, do Irish International Bank, Irlanda, depois do Santander e do Millennium-BCP. Os investidores preferiram excluir o BES, ao qual estavam ligados, e propuseram o negócio à CGD, focando-se nos argumentos do interesse público e de serem portugueses.